

Santa Casa da Misericórdia de Estômbar



Relatório de Atividades [e] Contas 2022



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTÔMBAR

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.º 22.º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Estômbar e, nos termos legais, convoco a Irmandade para reunir em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia **25 de março de 2023 (sábado)**, **pelas 15h00**, no Edifício Sede da Instituição, sito na rua da Misericórdia, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1. Leitura, apreciação e votação da Ata da Assembleia Geral anterior.**
- 2. Apreciação, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas de Gerência do exercício do ano 2022, bem como a apresentação do competente Parecer do Conselho Fiscal.**
- 3. Outros assuntos julgados de Interesse e admitidos pela Assembleia nos termos Estatutários.**

De acordo com o n.º 1 do art.º 24.º do Compromisso da Irmandade, se à hora marcada não estiver presente o número legal de Irmãos com direito de voto, a Assembleia Geral reunirá em 2.ª Convocatória, nos mesmos termos, e no mesmo local, **30 minutos depois**, com qualquer que seja o número de Irmãos presentes.

Estômbar e Santa Casa da Misericórdia, 10 de março de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Reinaldo José Rosa da Silva
(Reinaldo José Rosa da Silva)

NOTA:

- Solicitamos à Irmandade o pagamento da quota anual.



ÍNDICE

I – Relatório de Atividades 2022

1. Órgão Social	3
2 Introdução	5
3 Atividades Desenvolvidas	7
4 Recursos Humanos	17
5 Comunicação e Imagem	19
6 Representações e Participações	20

II – Apresentação de Contas de 2022

1. Apresentação de Contas de Gerências	23
2. Proposta de Aplicação de Resultado Líquido	30

III – Notas Finais

- Notas Finais	32
----------------------	----

• Anexos:

- Anexo das Demonstrações Financeiras
- Parecer do Conselho Fiscal
- Convocatória



1. Órgãos Sociais da Misericórdia

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: - Reinaldo José Rosa da Silva

1º. Secretário: - Joaquim José Lopes Adão

2º. Secretário: - João Vítor Trigo Gonçalves

MESA ADMINISTRATIVA

Membros efetivos

Provedor: - Vítor Manuel Gonçalves dos Santos

Vice-Provedora: Maria Lucinda Lima Cruz Cabrita

Secretário: - Joana de Oliveira de Canha e Sá Vitoriano

Tesoureiro: - Sebastião Francisco Pereira

Vogal: - Mavíldia Fernandes Duarte Filipe Carneiro

Membros Suplentes

Fernando da Luz da Conceição Gregório

José Pedro dos Santos Cardoso Varela

José Francisco Correia Marreiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: - Joaquim Dimas Neto Varela

Vice-Presidente: - Eunice Vieira Barroso Sobreira

Secretário: - Altino Rodrigues de Jesus

Membros Suplentes

Lígia Andreia Rodrigues de Sousa

José Dionísio Fernandes Boto



I – Relatório de Atividades 2022



2. Introdução

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Estômbar como é habitual nesta altura do ano, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral o Relatório de Atividades e as Contas de Gerência referentes ao ano de 2022.

O Relatório de Atividades espelha o real desempenho desta Misericórdia no cumprimento dos objetivos que haviam sido programados para o ano de 2022, e reflete, de forma geral, as atividades desenvolvidas ao longo deste ano.

O ano de 2022 com todas as cautelas com o COVID-19, demos resposta aos desafios colocados com o desenvolvimento normal das nossas atividades, através da prestação de serviços por um conjunto de respostas sociais e solidárias, assentes nos princípios de qualidade e da melhoria continua em todas as atividades desenvolvidas nas nossas valências

Demos continuidade à obra social que temos vindo a construir, sempre enquadrada na preocupação da nossa visão de sustentabilidade, quer a nível económico e financeiro, social, ambiental, cultural e de gestão rigorosa, a par do espírito tradicional da Santa Casa que assenta nos princípios humanistas e da doutrina e moral cristãs.

Neste contexto, a Misericórdia por si só, e também com a importante colaboração e ajuda da Câmara Municipal de Lagoa, deram um contributo muito importante no combate à pobreza, e à exclusão social no apoio aos mais desfavorecidos na nossa área de atuação. A Misericórdia de Estômbar dentro das suas possibilidades nunca deixou de ajudar a quem lhe bateu à porta.



A Santa Casa da Misericórdia de Estômbar continuou a orientar todas as suas atividades e gestão no primado da ética, do rigor, transparência e clareza, alinhadas na prática das 14 obras de misericórdia consubstanciadas nos princípios do humanismo assentes na doutrina cristã, tendo sempre na sua atuação como princípio a solidariedade, o respeito e a tolerância, bem como a responsabilidade, e a cooperação.

Conscientes dos deveres de responsabilidade e solidariedade da Instituição perante a comunidade, estamos certos que demos o nosso contributo na melhoria das condições de bem-estar da população, na criação e manutenção de emprego e no desenvolvimento sócio-económico

Também, devemos realçar que contamos sempre com a dedicação, disponibilidade e profissionalismo dos nossos Trabalhadores, que de uma forma integrada e multidisciplinar contribuíram para o cumprimento da nossa missão.



3. Atividades Desenvolvidas

O trabalho desenvolvido nas várias Valências foram desempenhadas com todas as medidas de segurança e de Saúde Pública, de acordo, e em cumprimento das normas e das orientações da Direção Geral de Saúde (DGS) no âmbito da infeção do Coronavírus – COVID_19.

O trabalho desenvolvido pelas nossas equipas foi sempre centrado na promoção do bem-estar dos nossos clientes/utentes, consubstanciado, na humanização e na melhoria contínua e qualidade dos serviços que prestamos, tendo sempre presente também, o respeito da individualidade, da dignidade, personalidade e capacidades de cada um, aliado ao respeito pelas suas opiniões e das suas famílias, além de também continuarmos a garantir a liberdade religiosa de cada um, e o direito de serem assistidos por ministro de qualquer culto, ou representante de tendência espiritual.

Foi dado rigoroso cumprimento aos contratos-programa, protocolos e acordos de cooperação estabelecidos, quer com o Estado, quer com outras entidades, bem como, com os contratos que temos estabelecido com os nossos Clientes/Utentes.

Passamos a apresentar a caracterização de cada Valência e o trabalho desenvolvido em cada uma.



Unidade de Longa Duração e Manutenção

A Unidade de Longa Duração e Manutenção da Misericórdia é uma resposta integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). A Unidade tem capacidade para 32 camas de internamento, sendo uma delas destinada ao Descanso do Cuidador.

Esta resposta presta cuidados continuados de saúde e de apoio social a pessoas que, independentemente da idade, se encontram em situação de dependência temporária ou permanente e, tem como objetivo fundamental contribuir, numa perspetiva integrada, para o processo ativo e contínuo de reabilitação e manutenção global dos seus clientes/utentes.

O trabalho desenvolvido é dirigido a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência, que necessitam de cuidados clínicos, de manutenção e de apoio psicossocial em regime de internamento de longa duração, de harmonia com a legislação em vigor.

Para o funcionamento da Unidade a Instituição tem celebrado Contrato-Programa com a Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. e com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro.

Foi dado continuidade ao trabalho desenvolvido na Unidade pela equipa multidisciplinar que de acordo com as necessidades e objetivos propostos em reuniões de equipa foi elaborado plano individual de intervenção para cada cliente/utente.



Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário da Misericórdia, tem capacidade para 50 clientes/utentes e teve uma média mensal de 45. O Protocolo celebrado com a Segurança Social para esta Valência contempla apenas a comparticipação para 33 clientes/utentes.

É uma resposta social de extrema importância que proporciona um conjunto de serviços, que permitem a permanência das pessoas no seu meio, retardando, ou evitando a institucionalização desnecessária, e que dá resposta aos desafios do envelhecimento.

O Serviço de Apoio Domiciliário da Misericórdia, prestou o serviço todos os dias da semana, sábados, domingos e feriados. Forneceu as duas principais refeições (almoço e jantar) com as respetivas deslocações a casa dos clientes/utentes e, quando necessário, auxiliou na toma das refeições.

Sempre presente a preocupação de melhoria contínua do Serviço, além de prestar os cuidados e serviços contemplados no Protocolo de Cooperação com a tutela, continuou a assegurar ao longo do ano um conjunto específico de serviços, designadamente:

- Apoiou e orientou na toma da medicação prescrita pelo médico;
- Fez o controlo da diabetes aos clientes/utentes com esta patologia, e administrou insulina a quem necessitava, o que fez com que o Serviço em alguns casos, se deslocasse 3 ou 4 vezes por dia à casa do cliente/utente.
- Em casos pontuais os Clientes/Utentes foram assistidos pelo Serviço de Enfermagem da Misericórdia;



- Foi feito acompanhamento ao exterior para consultas médicas nos Centros de Saúde e Hospitais e em exames em Clínicas;
- Fez compras de bens e de géneros necessários ao dia-a-dia, bem como de medicamentos e pagamentos de serviços.



Centro de Dia

O Serviço de Centro de Dia da Misericórdia é também outra resposta social que tem como objetivo a promoção da autonomia das pessoas, a prevenção de situações de dependência e, permite ao mesmo tempo, a permanência das pessoas nas suas casas, evitando a institucionalização desnecessária.

É uma resposta social que tem capacidade para 30 clientes/utentes. O acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro abrange 24. Este serviço teve uma média mensal de 24 clientes/utentes, no ano de 2022.



Cantina Social

A Cantina Social continua a ser a resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar que assegura refeições diárias, almoço e/ou jantar a pessoas que nada têm para comer.

É uma resposta de extrema importância direcionada a famílias, e a pessoas que não têm condições para a confeção das refeições no seu domicílio e que não têm também outros apoios de natureza alimentar.

No ano de 2022 a Instituição teve Protocolo de Colaboração com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro, para o fornecimento de 27 refeições diárias. Também, a Misericórdia por si só, e com a colaboração do Município de Lagoa, para que ninguém, do seu conhecimento, tivesse ficado sem comer durante um dia, asseguraram o fornecimento refeições ao longo do ano.

Neste contexto, a Misericórdia com a colaboração do Município de Lagoa continuou a desenvolver um conjunto de políticas de intervenção social de proximidade nos domínios de combate à pobreza, à exclusão social e na ajuda às pessoas mais necessitadas.



Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas tem por princípio o combate à pobreza e à exclusão social. Neste âmbito, a Misericórdia continuou com o Protocolo de Colaboração com o Instituto de Segurança Social, I.P., através do Centro Distrital de Faro que assenta em princípios de cooperação e parceria no domínio da distribuição de géneros alimentares / apoio alimentar e de acompanhamento das pessoas mais carenciadas, com o objetivo da sua inclusão.

Este Programa tem por objetivo dar resposta a situações de extrema necessidade de apoio alimentar a pessoas pobres em risco de integração e dos seus agregados familiares, contribuindo para a sua inclusão social e para a sua inclusão e bem-estar.

É um Programa que no ano de 2022 proporcionou a distribuições de géneros alimentares a pessoas e agregados carenciados para serem confeccionados nas suas residências.

O Programa é desenvolvido em colaboração com o Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve/Polo de Portimão.

Também, teve o apoio da União de Freguesias de Estômbar/Parchal no transporte dos alimentos.



Fundo de Emergência Social (FES)

O Fundo de Emergência Social (FES) é outra resposta social do Município de Lagoa que em parceria com a Misericórdia, tal como em anos anteriores, foi dando continuidade à política de intervenção social de proximidade, nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social.

Este Fundo permitiu dar apoio a pessoas e famílias que se encontravam, em certo momento da sua vida, em situação de carência económica emergente e pontual.

Trata-se de um Fundo de Emergência de apoio pontual e extraordinário, que se baseia em princípios de solidariedade e de cidadania.

Este apoio social e económico é constituído por:

- Alimentação em géneros ou refeições quentes;
- Participação em despesas de saúde;
- Pagamento de dívidas inerentes ao consumo doméstico de eletricidade e gás e pontualmente pagamento de execuções fiscais de água;
- Em situações excecionais - ajudas técnicas e consultas de especialidade e, também despesas de transporte para consultas/outras necessidades.



Gabinete de Apoio Social de Proximidade de Estômbar

O Gabinete de Apoio Social de Proximidade de Estômbar - GASP de Estômbar, é outra resposta social do Município de Lagoa que em parceria com a Santa Casa da Misericórdia continuou a dar apoio social de proximidade junto daqueles que detêm maior dificuldades em usufruir plenamente dos serviços e respostas existentes na comunidade.

O Gabinete trabalhou nas várias vertentes sociais, nomeadamente, em visitas domiciliárias e de aconselhamento, bem como em atendimento personalizado na Instituição.

É uma resposta social que permite apoiar e encaminhar pessoas com dificuldades a ter acesso aos serviços e apoios sociais colocados à disposição da comunidade.

O trabalho desenvolvido pelo GASP de Estômbar foi o de identificar situações de carência, mediar as respostas apresentadas pelas diversas entidades/serviços e os cidadãos.

O Gabinete encaminhou e apoiou munícipes e cidadãos de acordo com as necessidades detetadas em cada um.



Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve

A Misericórdia através de acordo celebrado com o Banco Alimentar Contra a Fome do Algarve - Delegação de Portimão, continuou a prestar auxílio à comunidade através da distribuição de bens alimentares a pessoas necessitadas e carenciadas que passavam por muitas dificuldades.

A Instituição prestou auxílio de bens alimentares a 21 pessoas da comunidade e foi também beneficiária destes produtos para consumo interno com os seus Clientes/Utentes.

Ao longo do ano, a Misericórdia continuou a colaborar com o Banco Alimentar na Campanha de recolha de Papel por Alimentos, bem como nas Campanhas do Banco Alimentar na nossa área de atuação.

No transporte dos géneros alimentares a Instituição foi apoiado pela União de Freguesias de Estômbar/Parchal.



Santa Casa da Misericórdia de Estômbar

A Santa Casa da Misericórdia de Estômbar reconhecida com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social e considerada entidade da economia social, nos termos da respetiva lei de bases, corporizando as Obras de Misericórdia assentes nas obras corporais e obras espirituais, informadas pelo princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs, ao longo do ano de 2022, continuou a trabalhar para apoiar quem dela mais precisou e com as dificuldades sentidas, dentro das suas limitações deu resposta às solicitações que lhe foram colocadas, nomeadamente:

- Nunca deixou de fornecer uma refeição quente a quem entrou com fome pelos seus portões adentro.
- Forneceu por sua conta refeições quentes.
- Continuou-se ao longo do ano a ajudar a Irmandade e a comunidade em geral em material de ajudas técnicas e outros serviços de forma gratuita.
- Em situações pontuais e de extrema necessidade e de emergência prestou serviço de Enfermagem à Irmandade e à comunidade também de forma gratuita.

4. Recursos Humanos



A Misericórdia na área de Recursos Humanos tem por visão de potencialização do capital humano, casando os objetivos da Instituição com os dos trabalhadores promovendo a sua satisfação profissional.

O capital humano é o um dos pilares mais valioso da Instituição. Com esta visão, a Misericórdia dentro das suas possibilidades, investe no bem-estar dos seus trabalhadores.

Neste sentido, no ano de 2022 acompanhando o aumento do salário minino, este aumento foi concedido a todos os trabalhadores da Misericórdia.

Formação

A Misericórdia com a sua política de valorização das competências dos seus trabalhadores continuou a apostar no potencial humano com a formação continua.



Ao longo do ano de 2022, foi ministrado a seguinte formação:

Formações Internas:

Curso/ Formação	N.º de Formandos
Integridade da Pele – Alterações e Cuidados a ter Parte 1	17
Doença de Wilson	20
Infeções Urinárias	20

Formações Externas:

Curso/ Formação	N.º de Formandos
Síndrome de Burnout – Perspetiva de Prevenção	27

Ensino

A Instituição continuou a receber alunos do Instituto Piaget – Escola Superior de Saúde Jean Piaget – e da Universidade do Algarve – Escola Superior de Saúde para realizarem estágio na Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção da Misericórdia, no âmbito de ensinamentos clínicos de Enfermagem.



5. Comunicação e Imagem

A Mesa Administrativa continuou o trabalho de dar a conhecer e dinamizar a Instituição através de divulgação de informação no sítio institucional da Misericórdia, - Website: <http://www.scmestombar.pt/>, - com o objetivo de forma aberta, séria e transparente dar a conhecer à Irmandade e à população em geral, informação sobre o funcionamento da Instituição.

Nesta página publicamos os vários documentos de informação sobre o funcionamento da Misericórdia, onde estão incluídos os Planos de Atividade e Orçamento e os Relatórios de Atividades e as contas de gerência.

Também, na página de Facebook da Misericórdia – <https://www.facebook.com/scmestombar>, também continuamos a publicar informação para interagir e dar a conhecer as atividades desenvolvidas com os nossos Clientes/Utentes.

De acordo com as disposições legais e estatutárias foi dado publicidade às convocatórias das Assembleias Gerais no sítio institucional da Misericórdia e em aviso fixado em locais de acesso ao público nas instalações da Misericórdia.

As Convocatórias das Assembleias Gerais foram também enviadas em devido tempo por meio de aviso postal para a casa de cada Irmão.

No cumprimento do estabelecido no Compromisso da Irmandade, em 2022 os Irmãos foram convocados a participar em duas Assembleias Gerais Ordinárias. A primeira realizou-se a 26 de março para aprovação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício Económico de 2021. A segunda Assembleia Geral Ordinária realizou-se a 26 de novembro, para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2023.



Num mundo global, para os contatos com o exterior, é privilegiado o correio eletrónico como ferramenta de trabalho.

Os endereços da Misericórdia são os seguintes:

- ⇒ Geral - scmestombar@hotmail.com
- ⇒ Mesa Administrativa - ma.scmestombar@hotmail.com

6. Representação e Participações

- A Mesa Administrativa desta Santa Casa da Misericórdia ao longo do ano participou, apoiou e ajudou nas várias tarefas de gestão da Instituição.
- A Misericórdia foi representada pelo Provedor nas diversas reuniões de trabalho com colaboradores, entidades e parceiros;
- O Provedor foi coadjuvado pela Secretária da Mesa Administrativa e pelo Tesoureiro em diversas reuniões de trabalho com colaboradores, entidades e parceiros;
- O Provedor participou nas reuniões de trabalho do Secretariado Regional do Algarve da União da Misericórdias Portuguesas, através de reuniões online.
- A Misericórdia foi representada nos Grupos de Trabalho e nas reuniões do CLAS – Conselho Local de Ação Social, pelo Provedor e pela Diretora Técnica, através de videoconferência em reuniões online.



- **Diretora Técnica participou nas reuniões mensais do Grupo de Apoio à Pessoa Idosa (GAPI) do concelho de Lagoa, também através de videoconferência em reuniões online.**
- **A Diretora Técnica e o Enfermeiro Coordenador da Unidade participaram em várias reuniões de trabalho com os familiares dos clientes/utentes, trabalhadores e com as diversas entidades no âmbito das suas competências.**



II – Apresentação de Contas de 2022



1. Contas de Gerência

A Mesa Administrativa apresenta à Imandade para discussão e deliberação as contas de gerência referentes ao exercício do ano económico de 2022.

Passa-se a apresentar as contas de Gerência do exercício de 2022, constituídas pelos seguintes documentos:

- **Balanço**
- **Demonstração dos Resultados por Natureza**
- **Demonstração dos Resultados por Naturezas**
- **Demonstração dos Resultados por Valência**
- **Resultado/Orçamento**
- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- **Anexo das Demonstrações Financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).**
- **A Misericórdia foi apoiada na contabilidade e na gestão pelo Gabinete de Contabilidade e Fiscalidade – ALICONFIS.**



Relatório de Atividades e Contas de Gerência – Ano de 2022

SANTA CASA M. ESTOMBAR
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte : 501417443
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1 044 178,18	1 024 933,01
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	17,1	6 485,67	6 393,82
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		1 050 663,85	1 031 326,83
Activo corrente			
Inventários	9	6 756,43	6 622,32
Clientes	17,3	23 068,55	24 625,67
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17,10	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	17,4	218 173,03	93 359,13
Diferimentos	17,5	3 226,82	1 939,89
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	17,7	100 753,21	122 839,81
		351 978,04	249 386,82
Total do activo		1 402 641,89	1 280 713,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17,8	352 998,28	340 067,87
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	17,8	710 499,78	680 052,70
		1 063 498,06	1 020 120,57
Resultado líquido do período		43 533,36	12 930,41
Total do fundo de capital		1 107 031,42	1 033 050,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Instituições de crédito e sociedades financeiras	8	0,00	0,00
Outras contas a pagar		63 084,74	63 084,74
		63 084,74	63 084,74
Passivo corrente			
Fornecedores	17,9	35 777,43	28 113,58
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17,10	44 508,23	39 093,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	17,11	152 240,07	117 371,26
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		232 525,73	184 577,93
Total do passivo		295 610,47	247 662,67
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 402 641,89	1 280 713,65



Relatório de Atividades e Contas de Gerência – Ano de 2022

SANTA CASA M. ESTOMBAR
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501417443

Moeda: EUROS

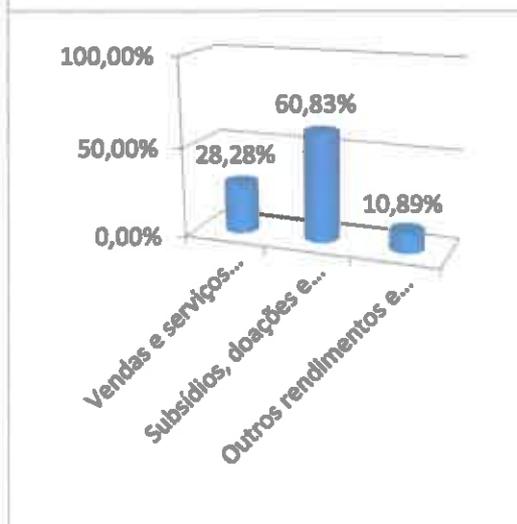
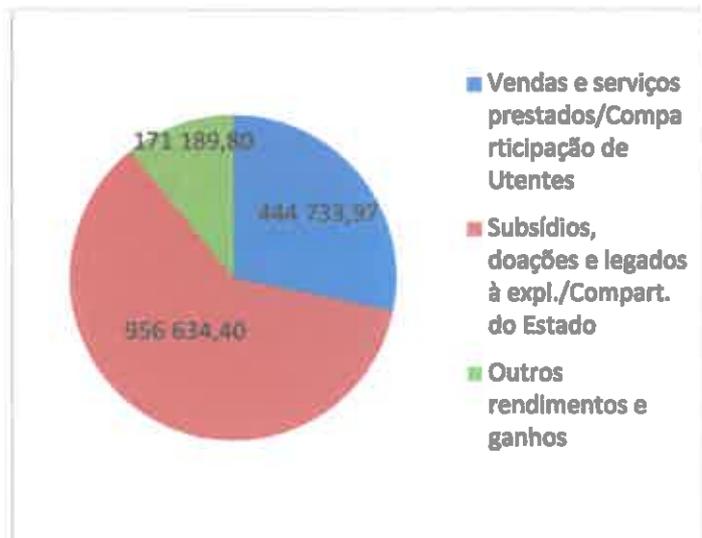
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	10	444.733,97	423.840,00
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	956.634,40	792.971,57
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	269.257,76	244.376,20
Fornecimentos e serviços externos	17.14	205.512,31	234.063,56
Gastos com o pessoal	15	967.299,17	865.660,42
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.15	171.189,80	232.689,71
Outros gastos	17.16	45.346,63	56.162,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		85.142,30	49.238,14
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	41.126,11	35.986,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		44.016,19	13.251,17
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	17.17	482,83	320,76
Resultados antes de impostos		43.533,36	12.930,41
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		43.533,36	12.930,41



Análise de Rendimentos e Gastos

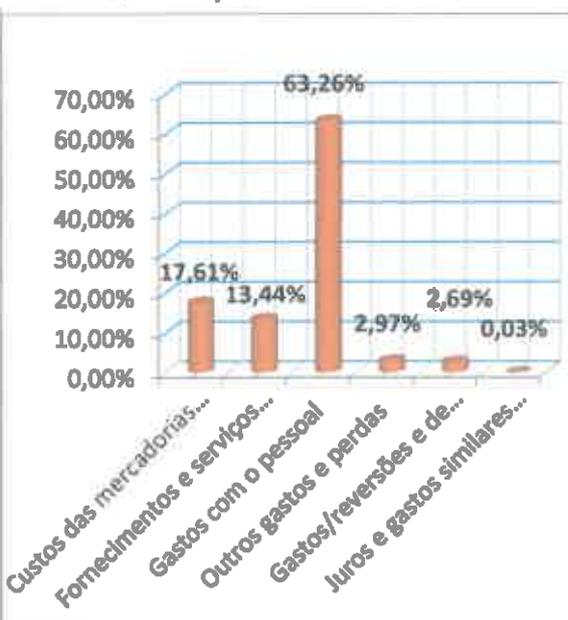
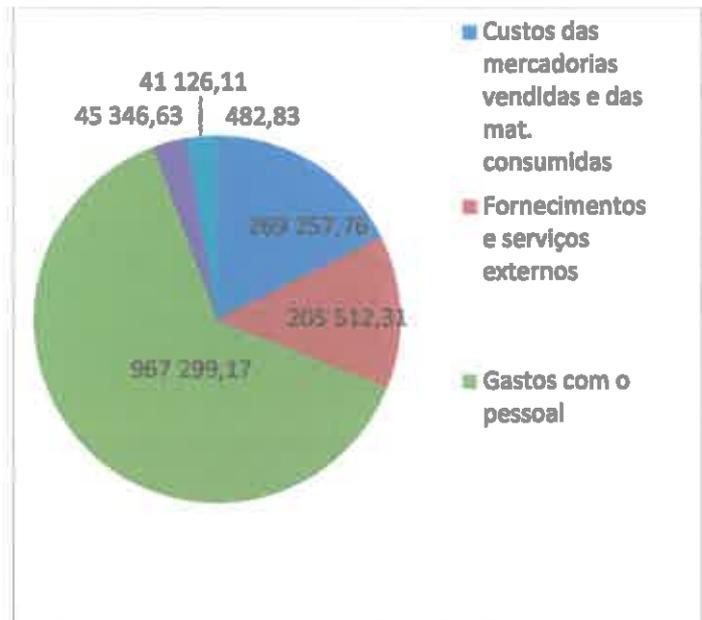
RENDIMENTOS

Vendas e serviços prestados/Comparticipação de Utentes	444 733,97
Subsídios, doações e legados à expl./Compart. do Estado	956 634,40
Outros rendimentos e ganhos	171 189,80
	1 572 558,17



GASTOS

Custos das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	269 257,76
Fornecimentos e serviços externos	205 512,31
Gastos com o pessoal	967 299,17
Outros gastos e perdas	45 346,63
Gastos/reversões e de amortização	41 126,11
Juros e gastos similares suportados	482,83
	1 529 024,81





Relatório de Atividades e Contas de Gerência – Ano de 2022

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALÊNCIAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

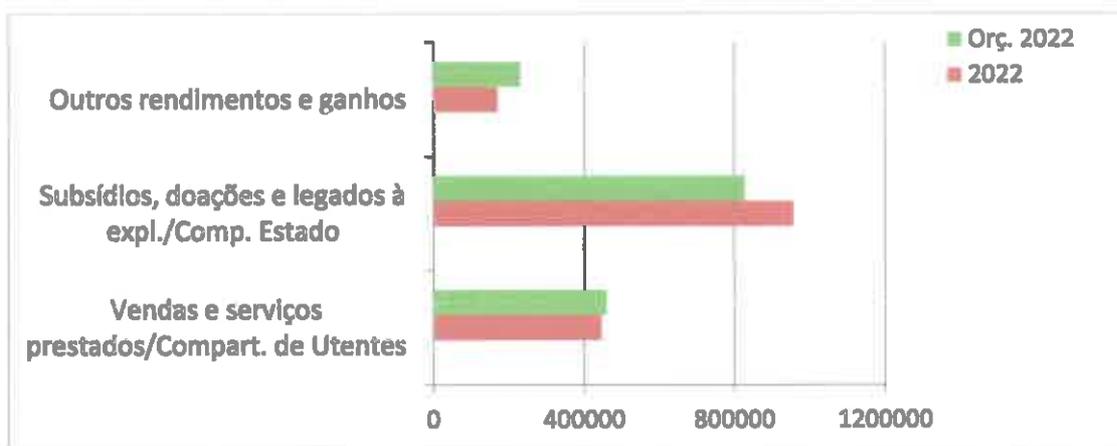
RENDIMENTOS E GASTOS	Serv. Apoio Domiciliário	Unidade LDM	Centro Dia	Cantina Social	Em 31/12/2022
Vendas e serviços prestados/Comparticipação de Utentes	153 340,90	196 467,97	94 888,50	36,60	444 733,97
Subsídios, doações e legados à expl./Compart. do Estado	197 227,00	687 466,02	46 555,86	25 385,52	956 634,40
Variação nos Inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das mat. consumidas	-61 376,14	-142 545,74	-43 557,26	-21 778,62	-269 257,76
Fornecimentos e serviços externos	-32 962,94	-156 934,98	-15 614,39	0,00	-205 512,31
Gastos com o pessoal	-256 209,03	-591 018,42	-95 604,25	-24 467,47	-967 299,17
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00		0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00		0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00		0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00		0,00
Aumentos/reduções de Justo valor	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros rendimentos e ganhos	35 949,80	92 442,52	25 678,58	17 118,90	171 189,80
Outros gastos e perdas	-7 255,43	-33 103,00	-1 813,86	-3 174,34	-45 346,63
Result. antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	28 714,16	52 774,37	10 533,18	-6 879,41	85 142,30
Gastos/reversões e de amortização	-9 047,76	-23 853,14	-5 346,41	-2 878,80	-41 126,11
Result. operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	19 666,40	28 921,23	5 186,77	-9 758,21	44 016,19
Juros e rendimentos similares obtidos	-115,83	-251,06	-72,48	-43,46	-482,83
Juros e gastos similares suportados					
Resultados antes de impostos	19 550,57	28 670,17	5 114,29	-9 801,67	43 533,36
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	<u>19 550,57</u>	<u>28 670,17</u>	<u>5 114,29</u>	<u>-9 801,67</u>	<u>43 533,36</u>



ORÇAMENTO e RESULTADO DE CONTAS - 2022

RENDIMENTOS E GASTOS	Resultado	Orçamento	Desvio
	Contas/2022	2022	Valor
Vendas e serviços prestados/Compart. de Utentes	444 733,97	459 900,00	-15 166,03
Subsídios, doações e legados à expl./Comp. Estado	956 634,40	828 970,00	127 664,40
Outros rendimentos e ganhos	171 189,80	232 750,00	-61 560,20
1 572 558,17	1 521 620,00	50 938,17	
Custos das merc. vendidas e das mat. consumidas	269 257,76	265 200,00	4 057,76
Fornecimentos e serviços externos	205 512,31	215 920,00	-10 407,69
Gastos com o pessoal	967 299,17	931 280,00	36 019,17
Gastos/reversões e de amortização	41 126,11	40 850,00	276,11
Outros gastos e perdas	45 346,63	65 950,00	-20 603,37
Juros e gastos similares suportados	482,83	1 150,00	-667,17
1 529 024,81	1 520 350,00	8 674,81	
Resultado líquido do período	43 533,36	1 270,00	42 263,36

Recebimentos



Gastos





Relatório de Atividades e Contas de Gerência – Ano de 2022

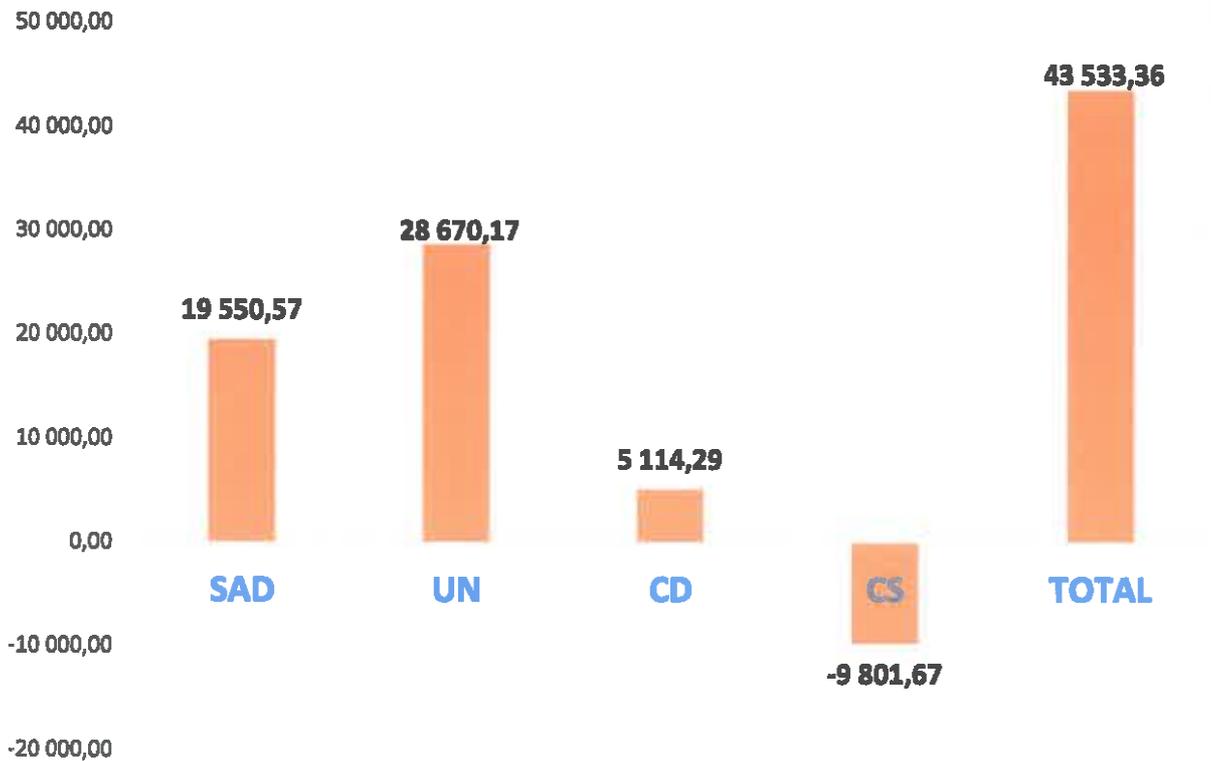
SANTA CASA M. ESTOMBAR
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		449 770,63	423 070,90
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		536 979,70	448 213,05
Pagamentos ao pessoal		913 669,98	855 681,95
Caixa gerada pelas operações		-1 000 879,05	-880 824,10
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		979 269,52	923 824,52
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-21 609,53	43 000,42
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	2 281,50
Juros e gastos similares		477,07	244,60
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-477,07	-2 526,10
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-22 086,60	-40 474,32
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		122 839,81	82 365,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		100 753,21	122 839,81



Resultado Líquido do Período



2. Proposta de Aplicação de Resultado Líquido

A Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido Positivo de 43 533,36€ (*quarenta e três mil quinhentos e trinta e três euros e trinta e seis cêntimos*) seja transferido para a Conta 56 - Resultados Transitados.

Ao presente Relatório, é apenso o Anexo das Demonstrações Financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).



III – NOTAS FINAIS



III – NOTAS FINAIS

A Mesa Administrativa quer agradecer a todos os membros dos Órgãos Sociais da Misericórdia pelo apoio prestado ao longo do ano.

Queremos também deixar um agradecimento a todos aqueles que apoiaram e ajudaram a Misericórdia, nomeadamente:

- À Autoridade Local de Saúde pelo apoio e ajuda nas situações mais difíceis e complicadas da infeção de pandemia Covid_19.
- À Proteção Civil Municipal pelo apoio e ajuda nos momentos mais difíceis.
- A todas as entidades do Estado: - Centro Distrital de Faro da Segurança Social, Administração Regional de Saúde do Algarve, e outras entidades pela ajuda e apoio prestado.
- À Câmara Municipal de Lagoa pelo apoio e pela ajuda.
- À União de Freguesias Estômbar/Parchal também pelo apoio e pela ajuda.
- Quer também deixar expresso e bem patente nesta Assembleia Geral de Irmãos, um especial agradecimento e reconhecimento a todos os Trabalhadores da Misericórdia.

Por fim, a Mesa Administrativa propõe um voto de pesar pelos Irmãos e Amigos desta Santa Casa da Misericórdia de Estômbar falecidos no ano de 2022.



À consideração da Assembleia Geral,

Estômbar e Santa Casa da Misericórdia, 25 de março de 2023

A MESA ADMINISTRATIVA,

O Provedor, _____

O Vice-Provedor, _____

O Secretário, _____

O Tesoureiro, _____

O Vogal, _____

ASSEMBLEIA GERAL

APROVADO

Em 25 de março de 2023

O Presidente da Assembleia Geral,



Anexos:

- **Anexo das Demonstrações Financeiras**

Ao presente Relatório, é apenso o Anexo das Demonstrações Financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

- **Parecer do Conselho Fiscal**

- **Convocatória**

SANTA CASA M. ESTOMBAR

Anexo

15 de março de 2023



Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação.....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5	Ativos Fixos Tangíveis	18
6	Ativos Intangíveis.....	20
7	Locações.....	20
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	20
9	Inventários	20
10	Rédito.....	21
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	21
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	21
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	21
14	Imposto sobre o Rendimento	21
15	Benefícios dos empregados.....	21
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
17	Outras Informações	22
17.1	Investimentos Financeiros.....	22
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	22
17.3	Clientes e Utentes.....	23
17.4	Outras contas a receber.....	23
17.5	Diferimentos	23
17.6	Outros Ativos Financeiros.....	24
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	24
17.8	Fundos Patrimoniais	24
17.9	Fornecedores	24
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	25
17.11	Outras Contas a Pagar	25
17.12	Outros Passivos Financeiros	25
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	25
17.14	Fornecimentos e serviços externos	26

17.15 Outros rendimentos.....	26
17.16 Outros gastos.....	26
17.17 Resultados Financeiros.....	27
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	27

1 Identificação da Entidade

- 1.1 Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Estômbar;
- 1.2 Sede: Rua da Misericórdia, nº 36 Estômbar;
- 1.3 Natureza de Atividade: Apoio à terceira idade.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de Investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade Industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua

vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no Justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de Investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de Investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de Investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado;

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de Informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contábilísticas.

Os Juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por Interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.566.310,84					1.566.310,84
Edifícios e outras construções	14.963,94					14.963,94
Equipamento básico	223.862,57					223.862,57
Equipamento de transporte	134.632,03					134.632,03
Equipamento biológico	34.794,07					34.794,07
Equipamento administrativo	3.577,96					3.577,96
Outros Ativos fixos tangíveis	31.579,90					31.579,90
Total	2.009.721,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.009.721,31
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	545.007,49	30.034,72				575.042,21
Equipamento básico	224.002,32	3.905,44				227.907,76
Equipamento de transporte	119.590,32	2.046,81				121.637,13
Equipamento biológico	3.577,96	0,00				3.577,96
Equipamento administrativo	31.818,59	0,00				31.818,59
Outros Ativos fixos tangíveis	24.804,65	0,00				24.804,65
Total	948.801,33	35.986,97	0,00	0,00	0,00	984.788,30

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.566.310,84	0,00				1.566.310,84
Edifícios e outras construções	14.963,94	0,00				14.963,94
Equipamento básico	223.862,57	22.297,13				246.159,70
Equipamento de transporte	134.632,03	38.074,15				172.706,18
Equipamento biológico	34.794,07	0,00				34.794,07
Equipamento administrativo	3.577,96	0,00				3.577,96
Outros Ativos fixos tangíveis	31.579,90	0,00				31.579,90
Total	2.009.721,31	60.371,28	0,00	0,00	0,00	2.070.092,59
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	575.042,21	32.195,49				607.237,70
Equipamento básico	227.907,76	4.171,35				232.079,11
Equipamento de transporte	121.637,13	4.759,27				126.396,40
Equipamento biológico	3.577,96	0,00				3.577,96
Equipamento administrativo	31.818,59	0,00				31.818,59
Outros Ativos fixos tangíveis	24.804,65	0,00				24.804,65
Total	984.788,30	41.126,11	0,00	0,00	0,00	1.025.914,41

6 Ativos Intangíveis

7 Locações

8 Custos de Empréstimos Obtidos

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021			2022			
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 614,90	245.383,62	0,00	6 622,32	269 391,87	0,00	6 756,43
Produtos acabados e Intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	5 614,90	246 000,60	0,00	6 622,32	269 583,45	0,00	6 756,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				244 376,20			269 257,76
Variações nos Inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	444 733,97	423 840,00
Quotas e jolas	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	444 733,97	423 840,00

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

14 Imposto sobre o Rendimento

15 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 54 e em 31/12/2022 foi de 55.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	792 497,51	709 701,98
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	166 727,31	148 416,34
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 606,16	5 390,20
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	2 468,19	2 151,90
Total	967 299,17	865 660,42

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	6 485,67	6 393,82
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	6 485,67	6 393,82

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	23 068,55	24 625,67
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	23.068,55	24.625,67

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	218.173,03	93.359,13
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	218.173,03	93.359,13

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
	3.226,82	1.939,89
Total	3.226,82	1.939,89
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	1 646,33	1.273,90
Depósitos à ordem	99.106,88	121.565,91
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	100.753,21	122.839,81

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	340 067,87	12 930,41	0,00	352 998,28
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	680 052,70	30 447,08	0,00	710 499,78
Total	1 020 120,57	43 377,49	0,00	1 063 498,06

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	35 777,43	28.113,58
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	35 777,43	28.113,58

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	1 584,11
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	9.468,65	7.324,00
Segurança Social	35 039,58	30.184,98
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	44.508,23	39.093,09

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		152.240,07		117.371,26
Total	0,00	152.240,07	0,00	117.371,26

17.12 Outros Passivos Financeiros**17.13 Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	550 262,62	433 958,13
Subsídios de outras entidades	406 371,78	359 013,44
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	956 634,40	792 971,57

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	1 021,80	580,00
Serviços especializados	81 532,78	99 749,08
Materials	3 127,22	8 883,85
Energia e fluidos	56 363,08	66 388,57
Deslocações, estadas e transportes	110,20	151,90
Serviços diversos	63 357,23	58 310,16
Total	205 512,31	234 063,56

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	171 189,80	232.689,71
Total	171 189,80	232 689,71

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	5 245,06	4 376,12
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	40 101,57	51 786,84
Total	45 346,63	56 162,96

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	184,51	73,51
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	298,32	247,25
Total	482,83	320,76
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dívidos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-482,83	-320,76

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Estômbar, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

A Direcção



Relatório de Atividades e Contas de Gerência – Ano de 2022

Santa Casa da Misericórdia de Estômbar

<http://www.scmestombar.pt/>

www.facebook.com/scmestombar/